

MISSÃO DO BRASIL JUNTO À COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

RELATÓRIO DE GESTÃO (2018 - 2021)

EMBAIXADOR PEDRO FERNANDO BRÊTAS BASTOS

Assumi a chefia da Missão Permanente do Brasil junto à CPLP no dia 22 de agosto de 2019. A minha gestão, cujos principais contornos passo a delinear a seguir, esteve condicionada por três marcos temporais importantes. O primeiro foi a presidência “pro tempore” da República de Cabo Verde, iniciada em 2018 e que acabou por estender-se até julho de 2021. O segundo é a presidência angolana, ainda em curso. E o terceiro, a irrupção e agravamento da pandemia da Covid-19, que em Portugal poderia datar-se do diploma legal que, a 2 de março de 2020, começou a tratar dos impactos daquela situação emergencial.

A PRESIDÊNCIA CABO-VERDIANA (2018-2021)

Foram justamente esses impactos que levaram à prorrogação da presidência cabo-verdiana por mais um ano. Essa decisão, adotada de comum acordo por todos os países membros, permitiu que algumas das metas mais importantes daquela presidência fossem afinal alcançadas. Mas, ainda assim, a emergência sanitária não deixou de impactar as atividades da CPLP, particularmente no ano de 2020.

A presidência cabo-verdiana teve por lema "Cultura, Pessoas e Oceanos". Ficou marcada sobretudo pelas negociações que levaram à assinatura, já na cúpula de Luanda, a 17 de julho de 2021, do Acordo sobre Mobilidade da CPLP. Esta foi, sem dúvida, uma das grandes conquistas da organização na sua história, por seu potencial de provocar efeitos muito concretos na circulação de estudantes, trabalhadores e profissionais qualificados – aproximando, com isso, as sociedades dos países membros e nelas reforçando o sentimento de pertencimento à Comunidade.

O período também ficou marcado por ampliação sem precedentes no número de observadores associados à CPLP. Na XIII Conferência de Chefes de Estado e de Governo (Luanda, 17 de julho de 2021), que marcou o fim da presidência cabo-verdiana e o início da angolana, esse estatuto foi atribuído a dez países (Canadá, Catar, Costa do Marfim, Espanha, Estados Unidos, Grécia, Índia, Irlanda, Peru e Romênia) e a três organizações internacionais (Conferência Ibero-Americana, G7+ e Organização Europeia de Direito Público). Assim, o número de observadores associados elevou-se a 32 (trinta e dois).

Essa ampliação ilustra de maneira inequívoca o interesse crescente que a CPLP tem despertado na comunidade internacional. Ademais, traz consigo um desafio não despiciendo para a organização: a de atualizar o marco normativo com vistas a estimular e aperfeiçoar a interação entre observadores associados e países membros, favorecendo a cooperação técnica e potencializando a promoção da língua portuguesa. No futuro

imediato, será importante conferir a atenção devida à revisão do Regulamento dos Observadores Associados, levando em conta inclusive o perfil muito heterogêneo dos países em questão (universo que comporta, a um só tempo, doadores e receptores potenciais de projetos de cooperação).

CONCERTAÇÃO POLÍTICA

Em anos recentes, a Missão do Brasil teve desempenho muito satisfatório na busca de endossos da Comunidade a candidaturas brasileiras em outras organizações internacionais. Destaco muito especialmente os pleitos brasileiros a integrar a Comissão de Direito Internacional (2023-2027), o Conselho de Segurança (2022-2023), o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (2024-2026) e o Conselho Executivo da Organização Mundial do Turismo (2021-2025). Tudo isso veio somar-se ao reiterado apoio da CPLP e de seus membros à pretensão brasileira a vir a ocupar assento permanente no CSNU.

Diante desses resultados, parece incontrovertido que o Brasil é um dos principais beneficiários dos esforços de concertação política no âmbito da CPLP. Pelo peso relativo do País na Comunidade, pelo protagonismo que teve na sua criação, pelos laços de amizade que unem o Brasil a todos os membros - por todos esses elementos, a CPLP destaca-se como organização de imenso potencial para a projeção internacional dos interesses brasileiros. E, embora seja difícil mensurá-lo com exatidão, não será irrazoável estimar que os apoios que o Brasil ali tem granjeado possam transcender o universo da organização e influenciar, em alguma medida, as posições dos grupos regionais de que fazem parte os membros da CPLP (tais como a União Africana, a CEDEAO, a SADC ou a própria União Europeia).

OS GRUPOS CPLP

Sempre no domínio da concertação política, caberá destacar o papel desempenhado pelos chamados "Grupos CPLP". Constituídos, cada um deles, por ao menos três representações dos países membros junto a Governos estrangeiros ou a organizações internacionais, os Grupos CPLP têm como objetivos, dentre outros, coordenar posições relativamente a interesses comuns; assegurar a representação da CPLP em conferências, seminários e reuniões internacionais; realizar diligências conjuntas sobre temas de interesse comum; trocar informações sobre a realidade do país onde se encontram; apoiar a realização de eventos organizados no âmbito da CPLP; e divulgar as atividades e realizações da própria organização.

Hoje existem cerca de 40 Grupos CPLP já constituídos. Cada um deles atua com relativa autonomia, em atenção às circunstâncias específicas dos países ou organizações que constituem o seu campo de ação. Dentre as ações desempenhadas, destacam-se a concertação de apoios nas Nações Unidas; o acompanhamento de programas da UNESCO para a proteção do patrimônio cultural de seus membros; a sensibilização da FAO para a importância de determinados programas alimentares; a obtenção de apoios

da União Europeia a iniciativas de ajuda ao desenvolvimento; e a promoção do português pelo mundo e como língua de trabalho nas organizações internacionais.

Desde março de 2022, a Missão do Brasil iniciou entendimentos com o Secretariado Executivo e com a Representação Permanente de Portugal no sentido de fortalecer o engajamento e a coordenação dos Grupos CPLP em atividade. Trata-se, sobretudo, de aperfeiçoar a comunicação com a CPLP e o eventual compartilhamento de boas práticas entre os Grupos existentes.

TEMAS ELEITORAIS E PARLAMENTARES

Dediquei atenção especial às articulações que frutificaram em duas missões de observação eleitoral: as que acompanharam as eleições presidenciais na Guiné-Bissau (2019) e no Timor Leste (2022). Para além do papel de relevo que cumprem no âmbito da concertação política, recorde-se que essas missões se revestem de particular significado para países onde a independência e a consolidação democrática são processos recentes. Só neste ano de 2022, haverá eleições em seis dos nove países membros da CPLP, e em boa parte dos casos a Comunidade terá papel de relevo a cumprir nos esforços multilaterais de fortalecimento institucional dos países em questão.

Neste domínio, também merece destaque a dimensão parlamentar da CPLP. Saliente-se particularmente a realização da X Reunião da Assembleia Parlamentar da CPLP (Bissau, 7 e 8 de julho de 2021), sob o lema "Ambiente de negócios e desenvolvimento sustentável nos países membros da CPLP no pós-COVID 19". A delegação brasileira esteve integrada pelos deputados federais Rosângela Gomes (que participou de encontro da Rede de Mulheres Parlamentares) e Márcio Marinho (que tomou parte na Comissão Permanente de Língua, Educação, Ciência e Cultura). Na ocasião, a presidência do fórum transferiu-se do presidente da Assembleia Nacional de Cabo Verde, sr. Austelino Tavares Correia, para o seu homólogo da Guiné-Bissau, sr. Cipriano Cassamá, que a exercerá até 2023.

A PRESIDÊNCIA ANGOLANA: A AGENDA ECONÔMICA

Iniciada em julho de 2021, a presidência angolana da CPLP caracteriza-se sobretudo por uma ênfase renovada nos temas econômicos, comerciais e financeiros. Os propósitos angolanos estão bem ilustrados no lema da presidência: "Fortalecer e promover a cooperação econômica e empresarial em tempos de pandemia, em prol do desenvolvimento sustentável dos países da CPLP".

De modo geral, Angola tem estimulado o debate acerca de eventual ampliação dos objetivos estatutários da Comunidade, com vistas a dar a devida centralidade a estes temas econômicos. Por ora, essa agenda deveria desenvolver-se ao sabor dos objetivos que a presidência angolana propôs para este biênio: (1) melhoria do ambiente de negócios no âmbito da CPLP; (2) implementação efetiva de mecanismo de cooperação entre agências de promoção das exportações e investimentos; (3) promoção de iniciativas de treinamento e capacitação técnica de funcionários e empresários; (4) estímulo ao incremento de investimentos recíprocos na CPLP; e (5) estímulo ao comércio no interior da CPLP.

Todos estes temas, naturalmente, merecem atenção especial da parte do Brasil, na medida em que convergem com os nossos próprios esforços em diversificar parcerias econômicas e promover exportações para países de crescimento elevado. No mais, convém não perder de vista as potencialidades deste grupo de países, decerto heterogêneo, mas que congrega nações que exercem jurisdição sobre 8% das terras emersas do planeta, onde se registraram 50% das descobertas petrolíferas ocorridas no presente século e onde se encontram 14% das reservas mundiais de água doce (para além dos recursos marinhos e minerais de relevo existentes em vastíssimas plataformas continentais). A tudo isso há que somar-se o fato de os membros da CPLP participarem de distintos projetos de integração, que em boa medida lhes conferem importância superior à de seu próprio peso econômico: para além do Mercosul (Brasil) e da União Europeia (Portugal), é o caso da CEDEAO (Cabo Verde e Guiné-Bissau), da CEEAC (Angola, Guiné Equatorial e São Tomé e Príncipe) e da SADC (Angola e Moçambique). Com o eventual ingresso de Timor Leste na ASEAN, a Comunidade passaria a contar, de resto, com uma porta de entrada para um mercado consumidor de 2 bilhões de pessoas.

Até aqui, a principal realização da presidência angolana, no que respeita a esta agenda econômica, foi a constituição do Fórum das Agências de Promoção do Comércio e do Investimento da CPLP, em 18 de fevereiro de 2022. O evento, realizado em formato híbrido a partir de Luanda, contou com a participação da Apex-Brasil. Na ocasião, foram aprovadas a Declaração Constitutiva e os Estatutos da nova instância comunitária, mas ainda não foi possível consensuar um plano de ação em que se venham a engajar as agências participantes.

A presidência angolana, de resto, também tem concentrado esforços para a realização de uma primeira Reunião Conjunta de Ministros da Economia, Comércio e Finanças. A Missão do Brasil tem integrado a delegação brasileira às reuniões técnicas preparatórias, contribuindo para articular os interesses nacionais na negociação da "Agenda Estratégica para o Reforço da Cooperação Econômica na CPLP 2022-2027", complementada por um plano de ação estruturado em sete eixos (promoção do comércio; promoção do investimento; capacitação empresarial e institucional; melhoria dos mecanismos de financiamento; reforço da competitividade; propriedade industrial; e desenvolvimento de infraestruturas nacionais para a qualidade).

COOPERAÇÃO

A cooperação entre os seus membros, e a da própria Comunidade com distintos parceiros no apoio ao desenvolvimento, é um dos pilares estratégicos da CPLP. Neste âmbito estão contempladas não apenas iniciativas de cooperação técnica, no sentido mais estrito, mas também diversas reuniões ministeriais setoriais.

Desde a criação da CPLP, em 1996, o Brasil tem exercido protagonismo na proposição e financiamento de projetos de cooperação, em iniciativas que vão do aleitamento materno à gestão de recursos hídricos e aos direitos das pessoas com deficiências. Em articulação permanente com a ABC, a Missão do Brasil atuou, em minha gestão, para que a CPLP contemple adequadamente, nessa agenda, as perspectivas dos países em

desenvolvimento, para além de garantir visão de conjunto e coerência no tratamento dos interesses brasileiros.

O principal fórum responsável pela agenda de cooperação, na CPLP, é a Reunião de Pontos Focais de Cooperação (RPFC). Ao longo de minha gestão, a Missão do Brasil acompanhou a realização de quatro edições da RPFC: XL RPFC (18-19 de fevereiro de 2020), XLI RPFC (5-6 de abril de 2021), XLII RPFC (12-13 de julho de 2021) e a XLIII RPFC (15-16 de março de 2022). A XLIV RPFC está prevista para ocorrer nos dias 30 e 31 de maio de 2022.

Para além das RPFC, ao longo de minha gestão realizaram-se oito reuniões do grupo de trabalho encarregado da revisão do Regulamento do Fundo Especial da CPLP. Esse regulamento revisto foi afinal aprovado da XIII Conferência de Chefes de Estado e de Governo (Luanda, 17 de julho de 2021). Também ali se adotou uma Resolução sobre a Definição de uma Nova Orientação Estratégica da Cooperação da CPLP. No marco dessa Resolução, aprovou-se também um manual revisto de Cooperação da CPLP (esforço aliás iniciado na última presidência brasileira), cuja publicação foi custeada por recursos brasileiros. Com tudo isso, alcançou-se uma notável modernização da normativa comunitária em governança e gestão da cooperação, com aperfeiçoamentos que vão de modelos para análise de propostas a relatórios de execução financeira e prestação de contas.

No que respeita ao Brasil, há três projetos de cooperação de nossa iniciativa em andamento na CPLP. O primeiro é a Rede de Instituições Públicas de Educação Superior (RIPES). Executada pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), a RIPES promove o intercâmbio do conhecimento e a mobilidade acadêmica no espaço da Comunidade. Atualmente, encontra-se em fase de finalização novo plano de trabalho do projeto.

O segundo projeto em andamento é o Apoio à Gestão e Monitoramento de Recursos Hídricos nos Países da CPLP. Executado pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), a iniciativa está ancorada na transferência de tecnologia de redes e de sistemas locais de monitoramento hidrológico, na capacitação de quadros de funcionários locais, e no intercâmbio de experiências no desenvolvimento de marcos legais e de gestão de instituições responsáveis pelo tema.

Há, por fim, o projeto intitulado "Capoeira: Formação Técnico-Profissional e Cidadania". A iniciativa busca compartilhar conhecimento técnico-metodológico e teórico sobre a arte e a prática esportiva da capoeira, assim como sobre sua utilização como recurso pedagógico, artístico e cultural. A primeira fase do projeto foi executada em São Tomé e Príncipe, tendo como parceira nacional o Centro Cultural Raízes do Brasil. Uma proposta de novo encaminhamento para expansão do projeto está em fase de desenho, no nível técnico.

Para além dessas três iniciativas em curso registre-se que, durante a minha gestão, foi concluído com êxito o projeto intitulado "Fortalecimento da Capacidade Política e Institucional de Agentes Governamentais e Não Governamentais para Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência nos Países da CPLP". Estabeleceu-se, de resto, a "Rede de Bancos de Leite Humano da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa".

Também por iniciativa brasileira, estão em curso conversas exploratórias com vistas a delinear três novos âmbitos de cooperação: um novo programa na área de direitos da pessoa com deficiência; um programa para elaboração, divulgação, implementação e fortalecimento de guias alimentares; e uma iniciativa de aperfeiçoamento das metodologias de levantamento das estatísticas de cooperação jurídica internacional.

Registre-se, por fim, que o Brasil também tem empenhado recursos no Curso de Português para Diplomatas Africanos em Brasília e no Curso de Português para Diplomatas da Latino-Americanos em Brasília, ambos conduzidos em parceira com a Universidade de Brasília. O êxito da primeira edição destes cursos, realizada em 2014, levou à continuidade e expansão do projeto nos anos seguintes, contribuindo de resto para maior divulgação da CPLP entre os agentes diplomáticos estrangeiros.

REUNIÕES MINISTERIAIS SETORIAIS

Durante a minha gestão, a Missão envolveu-se na preparação e realização de doze reuniões ministeriais ocorridas sob a presidência cabo-verdiana, e mais cinco sob a presidência angolana. Para fins de registro, as reuniões havidas no primeiro caso foram as seguintes: VI Reunião de Ministros Responsáveis pela Igualdade de Gênero da CPLP (Praia, 6 de novembro de 2019); X Reunião dos Ministros do Turismo da CPLP (São Felipe, 15 de novembro de 2019); XVI Conferência de Ministros da Justiça dos Países de Língua Oficial Portuguesa (Santa Maria, 22 de novembro de 2019); IV Reunião dos Ministros do Mar da CPLP (São Vicente, 26 de novembro de 2019); V Reunião dos Ministros da Saúde da CPLP (Lisboa, 13 de dezembro de 2019); I Reunião Interministerial de Governação Eletrônica (virtual, 28 de outubro de 2020); III Reunião Extraordinária dos Ministros da Saúde da CPLP (virtual, 6 de novembro de 2020); XI Reunião de Ministros da Educação (virtual, 18 de novembro de 2020); VIII Reunião de Ministros do Ambiente da CPLP (virtual, 26 de novembro de 2020); II Reunião de Ministros e Autoridades Responsáveis pela Água na CPLP (virtual, 27 de novembro de 2020); XIV Reunião dos Ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais da CPLP (virtual, 30 de março de 2021); e XX Reunião de Ministros da Defesa Nacional ou Equiparados da CPLP (virtual, 1 de junho de 2021).

Já sob a presidência angolana, realizaram-se os seguintes encontros setoriais: IX Reunião Ordinária de Ministros da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP (Luanda, em formato híbrido, 19 de janeiro de 2022); XIII Reunião da Conferência de Ministros da Juventude e Desporto da CPLP (virtual, 7 de fevereiro de 2022); XVII Conferência dos Ministros da Justiça da CPLP (Luanda, em formato híbrido, 4 de março de 2022); VI Reunião de Ministros da Saúde da CPLP (Luanda, em formato híbrido, 25 de março de 2022); II Reunião Extraordinária de Ministros da Educação da CPLP (virtual, 31 de março de 2022).

Estão previstas ainda, para os próximos meses, a VII Reunião de Ministros Responsáveis pela Igualdade de Gênero da CPLP (Luanda, em formato híbrido, 29 de abril de 2022); a I Reunião Conjunta de Ministros de Economia, Comércio e Finanças da CPLP (Luanda, em formato híbrido, 29 de abril de 2022); a XI Reunião de Ministros de Turismo da CPLP (Luanda, 3 de maio de 2022); a XII Reunião de Ministros da Cultura da CPLP (Luanda,

4 de maio de 2022); e a V Reunião dos Ministros dos Assuntos do Mar (em local e data a confirmar).

À luz das datas e dados elencados acima, constata-se que, após um período inicial de grande ativismo, sob a presidência cabo-verdiana, a agenda setorial paralisou-se durante grande parte do ano de 2020, em razão da pandemia da Covid-19. Desde fins daquele ano, algumas reuniões passaram a realizar-se por plataformas virtuais. Com a presidência angolana, tornou-se mais frequente um formato híbrido, que conjuga o presencial ao virtual. A despeito de dificuldades eventuais, o novo formato tem permitido um acompanhamento mais próximo destas agendas pela Missão do Brasil, não apenas nas reuniões ministeriais em si, mas sobretudo nas fases preparatórias.

Permito-me duas observações adicionais. A primeira está relacionada à grande abrangência temática desses mecanismos de diálogo, o que em si ilustra o quanto os Estados membros passam a atribuir uma importância crescente à CPLP na elaboração de suas políticas públicas, na condução de suas agendas internacionais e no desenho de suas pautas de cooperação.

Em segundo lugar, registro que a participação do Governo brasileiro nesses diálogos setoriais tende a intensificar-se ao sabor das prioridades da nossa agenda internacional. Nesse contexto, permito-me destacar a atuação que desenvolvemos no domínio da saúde. A título ilustrativo, destaco que, por ocasião da VI Reunião de Ministros da Saúde, em março passado, foi adotada a Resolução Sobre o Plano de Abordagem às Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) na CPLP, de iniciativa brasileira. Também merece menção a aprovação da Resolução sobre o Reforço da Cooperação na CPLP em Situações de Emergência, na XXV Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP, em 9 de dezembro de 2020 (cuja implementação muito se beneficiará, no futuro, da eventual convocação de um grupo de trabalho que proponha orientações sobre a cooperação nesses cenários emergenciais).

PROMOÇÃO E DIFUSÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA

A promoção e a difusão da língua portuguesa constituem o terceiro pilar de atuação da CPLP. Neste particular, recordo que a Conferência Geral da UNESCO, em novembro de 2019, houve por bem proclamar o dia 5 de maio como o Dia Mundial da Língua Portuguesa.

Esta é uma conquista digna de celebrar-se. Matriz identitária da CPLP, a língua portuguesa é um dos idiomas de maior difusão no planeta, e registra acelerado processo de expansão. É o principal idioma do Hemisfério Sul; está presente em quatro continentes e, no total, é falada por 265 milhões de pessoas em nove países. Ao adotar essa resolução, a UNESCO reconhece a contribuição de monta do português para a disseminação da cultura e da civilização, o seu papel no fomento da cooperação internacional e o seu relevo no diálogo intercultural. Para além de tudo isso, no entanto, a conquista deve servir como catalisador para ações sustentadas de promoção do nosso idioma, no longo prazo - e aqui reside o principal desafio dos formuladores e executores de políticas públicas neste âmbito, no futuro imediato.

Registre-se que o 5 de maio já se vinha celebrando, no âmbito da CPLP, desde 2005, e passou a integrar o calendário oficial da organização desde 2009. Com o gesto da UNESCO, as celebrações da data cresceram em importância e amplitude, passando a realizar-se também outros organismos internacionais (casos da ONU e da própria UNESCO). Diante disso e a despeito dos desafios postos pela pandemia, busquei intensificar as ações de celebração da efeméride, contribuindo, de resto, para maior articulação da rede de postos do Itamaraty em torno da data.

Nesse contexto, destaco a publicação "Panorama da contribuição do Brasil para a difusão do português". O lançamento da obra deu-se durante o seminário internacional "25 anos de CPLP – Jornada Agostinho da Silva", organizado nesta capital, de forma coordenada, pelas comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com apoio desta Missão e da Embaixada do Brasil em Lisboa, a 11 de novembro de 2021. A publicação foi organizada pelo Departamento Cultural e Educacional do Itamaraty, e editada pela FUNAG. Trata-se de obra de referência estruturada em 33 verbetes, redigidos por especialistas em diversas áreas do conhecimento, que revelam a abrangência das ações brasileiras na difusão do idioma no mundo.

Neste âmbito, também destaco a aprovação de dois documentos que, somados, destacam o potencial da língua portuguesa como idioma global, pluricontinental e pluricêntrico, nos domínios do ensino, da cultura, da economia criativa, da colaboração e da ciência - e, ainda, como língua oficial e de trabalho em organizações internacionais.

O primeiro desses documentos é o Plano Operacional para a Difusão e Promoção da Língua Portuguesa 2021-2026, aprovado pelo Conselho de Concertação Permanente da CPLP em outubro de 2021. Trata-se de marco normativo voltado a solidificar os esforços neste domínio, ao propugnar a construção de uma estratégia consistente que congregue os países membros e demais atores relevantes na busca desse objetivo comum.

Nesse contexto, o Plano Operacional prestou uma contribuição de relevo ao dissipar ambiguidades antes existentes acerca dos limites das atribuições da Direção de Ação Cultural e Língua Portuguesa (DACL), por um lado, e o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), por outro. Nos termos do Plano, ao IILP caberá sobretudo funcionar como foro para a gestão compartilhada de projetos de promoção, defesa, enriquecimento e difusão da língua portuguesa. A DACL, por seu turno, deverá dedicar prioridade às iniciativas de difusão da cultura dos países membros, de fortalecimento das economias criativas em língua portuguesa e de apoio à execução de projetos já consensuais no âmbito do Conselho Científico do IILP.

O segundo documento é o Plano de Ação da Praia, adotado durante a IV Conferência Internacional sobre a Língua Portuguesa no Sistema Mundial, realizada de 26 a 28 de maio de 2021. O documento - evolução dos anteriores Planos de Ação de Brasília (2010), Lisboa (2014) e Díli (2018) - tem por premissa o reforço do caráter pluricêntrico da língua portuguesa, e busca de resto salientar o potencial econômico do idioma.

As atividades previstas no Plano de Ação deveriam, em boa medida, desenvolver-se em estreita coordenação entre os já referidos DACL e o IILP (em particular o seu Conselho Científico). Ao fazer esse registro, permito-me, de resto, salientar a importância que o

Governo brasileiro atribui e deve continuar atribuindo, no futuro, ao IILP, entendido como foro privilegiado para a elaboração das estratégias de gestão compartilhada do idioma. Na avaliação desta Missão, o papel a ser desempenhado por esse Instituto não deve necessariamente ter caráter executivo -ele deve, antes, conformar-se como núcleo de planejamento de ações e articulação de agentes encarregados de executar projetos neste domínio.

Por todas essas razões, esforcei-me, ao longo de minha gestão, para que o Brasil dedicasse recursos a importantes projetos do IILP. Foram os casos, nomeadamente, da harmonização das Terminologias Científicas e Técnicas Comuns em Língua Portuguesa (liderado pela Universidade Federal de São Carlos); da realização de duas edições do Concurso IILP-Itamaraty de Artigos Científicos sobre a Língua Portuguesa; de uma nova edição da revista científica "Platô"; do Curso de Português como Língua Pluricêntrica; e do projeto de estudo sobre o uso da Língua Portuguesa na Internet.

Para além dessas atividades, registre-se que o IILP, nesse período, deu continuidade a duas outras iniciativas de relevo. O Portal do Professor de Português Língua Estrangeira/Língua Não Materna, uma plataforma "online", contribui para a propagação do português em terceiros países, mas também naqueles membros da comunidade onde existem parcelas importantes da população que não dominam perfeitamente o idioma. Já o Vocabulário Ortográfico Comum coordena os esforços dos membros na elaboração de vocabulários nacionais, em consonância com os princípios do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (AOLP). Até o momento, Brasil, Cabo Verde, Moçambique, Portugal e Timor-Leste já submeteram os seus vocabulários nacionais ao acervo comum.

O ACORDO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA

Ainda no âmbito do idioma, cumpre reconhecer que persistem desafios para alcançar-se a plena efetividade do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa em todos os países membros da CPLP. Por um lado, registre-se que o acordo foi ratificado por todos os países lusófonos, à exceção de Angola e Moçambique.

A despeito disso, saliente-se que mesmo os países onde o acordo está plenamente vigente distam muito entre si no que respeita à sua aplicação. O Brasil, de todo o modo, a esta altura cumpriu tudo o que pactuou em 1990: a imprensa em sua quase totalidade adotou as suas disposições já a partir de janeiro de 2009, sem que se registrassem quaisquer resistências dignas de nota; a indústria editorial, que chega a publicar 20 mil títulos novos todos os anos (ou 50 mil, se levarmos em conta as reimpressões), introduziu todas as mudanças progressivamente a cada edição; no sistema escolar, a introdução das novas regras acompanhou o calendário do Programa Nacional do Livro Didático, que renova os livros utilizados a cada triênio. O Brasil, em suma, adotou com êxito as medidas que lhe correspondiam, contribuindo com isso para o fortalecimento do português como língua internacional e pluricêntrica.

Neste ponto, será útil uma palavra de advertência aos futuros formuladores e executores de políticas públicas neste domínio. Convirá insistir sempre em equacionar as questões pendentes, de modo a garantir a plena adoção do Acordo Ortográfico por todos os países membros da CPLP. Contemplar a hipótese de reabrir negociações a esse respeito, como

já propuseram outros países membros, traria o risco de agravar as discrepâncias ortográficas, à inexistência duma base comum, prejudicando as perspectivas do português como língua de trabalho e ocasionando prejuízos ao mercado editorial.

Uma última necessidade a merecer atenção no futuro é a de encontrar mecanismos para reduzir barreiras existentes à movimentação de livros no espaço comunitário - objetivo de resto plenamente convergente com a meta consensual de estabelecer-se um espaço para a livre circulação de bens e serviços culturais.

TEMAS DE DEFESA

Para além dos três pilares clássicos da CPLP, e da importância crescente que vem ganhando a agenda econômica, há um quinto eixo de atuação da Comunidade, a que a Missão procurou dedicar maior atenção. Refiro-me à cooperação no domínio da Defesa, particularmente no âmbito naval, num contexto marcado pela emergência ou agravamento das chamadas "novas ameaças" no Atlântico Sul e no Golfo da Guiné (terrorismo transnacional, tráfico de drogas, pirataria etc.).

Aqui, como noutras âmbitos, a cooperação também se viu negativamente afetada pela pandemia da Covid-19. No entanto, com a progressiva normalização dos intercâmbios, espera-se possam retomar-se os exercícios da Operação Felino, que congrega as Forças Armadas dos países membros. A Operação, recorde-se, foi concebida para oferecer treinamento e instrução conjuntos, e teve as suas últimas edições, na carta e no terreno, no mês de setembro de 2019, em Cabo Ledo, Angola. No Brasil, o esforço é coordenado pelo Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas.

Também durante a minha gestão buscou-se dar maior dinamismo ao Centro de Análise Estratégica da CPLP (CAE/CPLP). Sediado em Maputo, o Centro dedica-se a promover pesquisas e estudos e a divulgação de conhecimento em matéria de defesa entre os membros da CPLP. Uma de suas principais atividades é a realização de seminários e encontros entre militares, funcionários dos respectivos Ministérios de Defesa, diplomatas e representantes da comunidade acadêmica, sempre com foco em temas da segurança internacional e no papel das Forças Armadas no enfrentamento dos desafios contemporâneos (tais como o terrorismo, as alterações climáticas, as crises humanitárias e epidemias).

A despeito das restrições associadas à pandemia, registro com satisfação que o Centro de fato intensificou as suas atividades sob a direção do CMG Francisco Evandro Rodrigues Camelo, da Marinha do Brasil, em mandato que se estendeu de fevereiro de 2019 a fevereiro de 2022. Em setembro de 2021, inaugurou-se um "Espaço CPLP", materializado graças a recursos brasileiros do Fundo Especial da organização. Para a concreção exitosa dessa iniciativa, foi fundamental o diálogo estreito que esta Missão manteve com a direção do Centro, sempre com vistas a potencializar a vocação estratégica daquele órgão - cuja sede, saliente-se, se situa no "triângulo estratégico" da CPLP, quase à junção dos oceanos Índico e Atlântico.

CONTRIBUIÇÕES ORÇAMENTÁRIAS BRASILEIRAS

Ao encerrar este relatório de gestão, permito-me deixar um breve registro das pendências do Estado brasileiro no que respeita ao orçamento da CPLP. Recentemente, o Ministério das Relações Exteriores tem conduzido esforço de monta para regularizar o fluxo das contribuições devidas pelo Brasil ao orçamento de diversos organismos internacionais, dentre os quais a CPLP. A despeito disso e da política de "crescimento zero" do orçamento do Secretariado Executivo da organização (adotada desde 2015), o Brasil ainda mantém um saldo devedor importante.

Atualmente, estão em atraso os pagamentos da totalidade da cota devida em 2021, no valor de 768.453,68 euros, e de uma parcela da cota devida em 2020, no valor de 170.321,34 euros. A cota de 2022, também no valor de 768.453,68 euros, tampouco foi honrada - mas tecnicamente não se pode considerar em atraso, por ser convenção adotada pelo Secretariado a de considerar como prazo limite para o pagamento o último dia do ano.

A contribuição do Brasil corresponde a 28% do orçamento anual do Secretariado. No entanto, o nosso país acumula 75% das contribuições atualmente em atraso. Ao lado do Brasil, apenas São Tomé e Príncipe mantém dívidas referentes ao exercício de 2020. Contraste-se esse quadro com os de Portugal e Moçambique, que já quitaram as suas contribuições referentes a 2022, e com o do Timor Leste, que antecipou o pagamento da cota de 2023.

Os estatutos da CPLP não preveem quaisquer sanções para a inadimplência. Não obstante, essa situação pode acarretar prejuízos para a imagem do Brasil no seio da organização - mormente diante dos esforços realizados pelos demais Estados membros, num quadro de não poucas dificuldades operacionais do Secretariado, fruto da escassez de recursos.

Como já se salientou neste mesmo relatório, por seu peso relativo na CPLP, pelo protagonismo que teve na sua criação, pelos laços de amizade que o unem aos demais membros, o Brasil tem na CPLP uma das organizações internacionais de maior potencial, no que respeita à projeção dos interesses nacionais. De todas as organizações que o Brasil integra, a CPLP talvez seja aquela em que o nosso país é o mais incontornável e o mais benquisto. Por todos esses fatores, bem se justificaria um esforço concentrado para saldar as dívidas existentes com a organização e regularizar o fluxo de contribuições futuras.